

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.059 - SP (2018/0221251-8)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : GIOVANI HENRIQUE DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**EDUARDO QUEIROZ CARBONI NOGUEIRA - DEFENSOR**  
**PÚBLICO - SP302992**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado como incurso no artigo 155 (furto qualificado), § 4º, inciso IV, do Código Penal, às penas de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, e 11 dias - multa (mínimo legal).

O recurso da defesa foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 282):

*Furto qualificado. Réu e comparsa não identificado que sobem na carroceria do caminhão da vítima e subtraem a lona que ali se encontrava. Ofendido alertado do ilícito por outro motorista e que consegue visualizar os agentes fugindo na posse do bem móvel. Guardas municipais que, após serem comunicados dos fatos, conseguem deter o apelante e apreender o objeto subtraído. Prova forte. Palavras da vítima precisas e coerentes e que encontram respaldo nos relatos dos guardas municipais. Hipótese em que o tipo penal exauriu-se, a afastar a tentativa. Qualificadora do concurso de pessoas bem reconhecida. Condenação de rigor. Penas que não comportam reparo. Substituição inviável. Regime fechado adequado, frente à reincidência e aos maus antecedentes. Apelo improvido.*

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 299):

*Embargos de Declaração. Alegação no sentido de haver omissão atinente à tese manejada pela defesa quanto à aplicação do artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal. Hipótese em que a disposição do mencionado artigo não possui o condão de autorizar, de plano, a atenuação do regime, circunstância esta que deverá ser analisada em incidente próprio, pelo Juízo da Execução. Embargos conhecidos e rejeitados.*

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que a decisão guerreada violou o artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal, ao não aplicar o instituto da detração penal visando a progressão de regime para o semiaberto.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 333 afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 344/347.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 349/357.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 381):

*PENAL. FURTO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ÓBICE DA SÚMULA 182/STJ, E DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.*

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente pleiteia, em suma, que seja aplicado o instituto da detração penal no caso concreto visando a progressão de regime para o semiaberto.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 300):

*Ressalte-se que deixei assentado no v. acórdão (folhas 226/232) que o regime fechado é o adequado à hipótese, vez que o embargante, além de reincidente, possui consideráveis antecedentes criminais, pelo cometimento dos delitos de furto e roubo (folhas 63, 65, 67, 74 e 77). Desse modo, frente ao quadro posto e considerando que GIOVANI HENRIQUE parece não entender a gravidade das condutas anteriores, o regime mais gravoso foi imposto.*

*Ademais, em que pese o teor do disposto no § 2º, do artigo 387, do Código de Processo Penal, introduzido pela Lei nº 12.736/2012, não existem elementos para a progressão (nem para a atenuação do regime no momento), que deve ser realizada no Juízo da Execução. O tempo no cárcere em prisão cautelar não tem o condão de justificar, de plano, a atenuação do regime, notadamente no caso dos autos e frente*

*às condições pessoais do réu, que demanda exame do requisito subjetivo. E esse exame aponta, agora, pela periculosidade do agente, como já se viu e que não pode ter o regime atenuado nessa fase. Deverá comprovar fazer jus a ele em execução, em incidente próprio. O tempo da custódia preventiva, esse sim, nos termos do artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal, deverá ser abatido da pena aplicada, sempre em execução.*

Com efeito, a decisão vergastada afastou a progressão de regime à hipótese tendo em vista os inúmeros e consideráveis antecedentes do réu, que deveriam ser objeto de análise no juízo da execução, e não diante da ausência do requisito objetivo (tempo) conforme leva a crer a parte recorrente.

Ademais, tal fundamento não foi impugnado no apelo nobre, atraindo o óbice da Súmula n. 283/STF quanto ao ponto: "*É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

Destarte, não merece provimento a pretensão recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "a", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator